

Manifesto dos Professores do Departamento de Filosofia da Universidade Federal Fluminense (GFL-UFF)

Nós, abaixo assinados, docentes do Departamento de Filosofia da Universidade Federal Fluminense (GFL/UFF), temos acompanhado com preocupação e perplexidade os últimos acontecimentos do cenário político brasileiro. O risco de deposição da Presidenta da República, sob o argumento de um *impeachment* sem qualquer base legal, conduzido pelo oportunismo e pela demagogia de alguns de nossos congressistas – muitos dos quais réus em processos de lavagem de dinheiro, corrupção e improbidade administrativa –, representa uma seriíssima ameaça à democracia brasileira. Igualmente ameaçadora tem sido a postura de alguns membros do Judiciário, que dispõem, sem comedimentos, de recursos excepcionais, tais como prisões preventivas, conduções coercitivas, delações premiadas, escutas telefônicas e divulgações seletivas de dados processuais, limitando habitualmente sua atenção a um grupo político específico, para o qual a aplicação da excepcionalidade parece ter se tornado a regra. Nesse sentido, temos assistido nos dias correntes, sob o patrocínio de uma mídia hegemônica historicamente comprometida com valores antidemocráticos e empenhada em criminalizar os movimentos sociais e em responsabilizar uma única agremiação partidária pelas tradicionais relações de promiscuidade entre o público e o privado, pelas oscilações do mercado e pela instabilidade política, à recorrência de um discurso monotemático de combate à corrupção que, em passado recente de nossa história, esteve a serviço da violação do princípio do Estado de Direito e da democracia representativa.

Em tal cenário, como era de se esperar, a disputa política legítima pouco a pouco cede espaço à intolerância e à violência que se expressam nos mais diversos níveis de nossa vida cotidiana (desde a habitual violência policial, dirigida contra manifestantes identificados à esquerda de nosso espectro político, até a agressão física perpetrada por cidadãos comuns contra aqueles que divergem de seus posicionamentos). Em lugar de Justiça, estimula-se o justicamento, em uma escalada autoritária que ignora direitos básicos da cidadania, como o direito à ampla defesa, à livre opinião e à privacidade.

Manifestamos, portanto, nosso firme protesto quanto à possibilidade de deflagração de um processo de *impeachment* que, na ausência do devido embasamento legal, constituirá uma afronta à soberania popular. Sustentamos, igualmente, ser fundamental o respeito à ordem democrática e aos direitos constitucionais, e

denunciamos, como alarmante e perigoso, qualquer procedimento que apresente risco a tal ordem e a tais direitos.

Niterói, 15 de abril de 2016.

Alexandre da Silva Costa
André Constantino Yazbek
Bernardo Barros Coelho de Oliveira
Carlos Diógenes Tourinho
Celso Martins Azar Filho
Claudio Oliveira da Silva
Danilo Marcondes de Souza Filho
Diogo de França Gurgel
Fernando José Fagundes Ribeiro
José Maria Arruda
Luis Antônio Cunha Ribeiro
Luis Felipe Bellintani Ribeiro
Marcus Reis Pinheiro
Mariana de Toledo Barbosa
Patrick E. C. Pessoa
Pedro Sússekind
Tereza Cristina B. Calomeni
Vladimir Vieira